



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.843 - R\$ 2 - GOIÂNIA, 3 A 9 DE MAIO DE 2026
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

AGENDA

Governador Daniel Vilela prioriza municípios, obras e segurança nos primeiros 30 dias de gestão

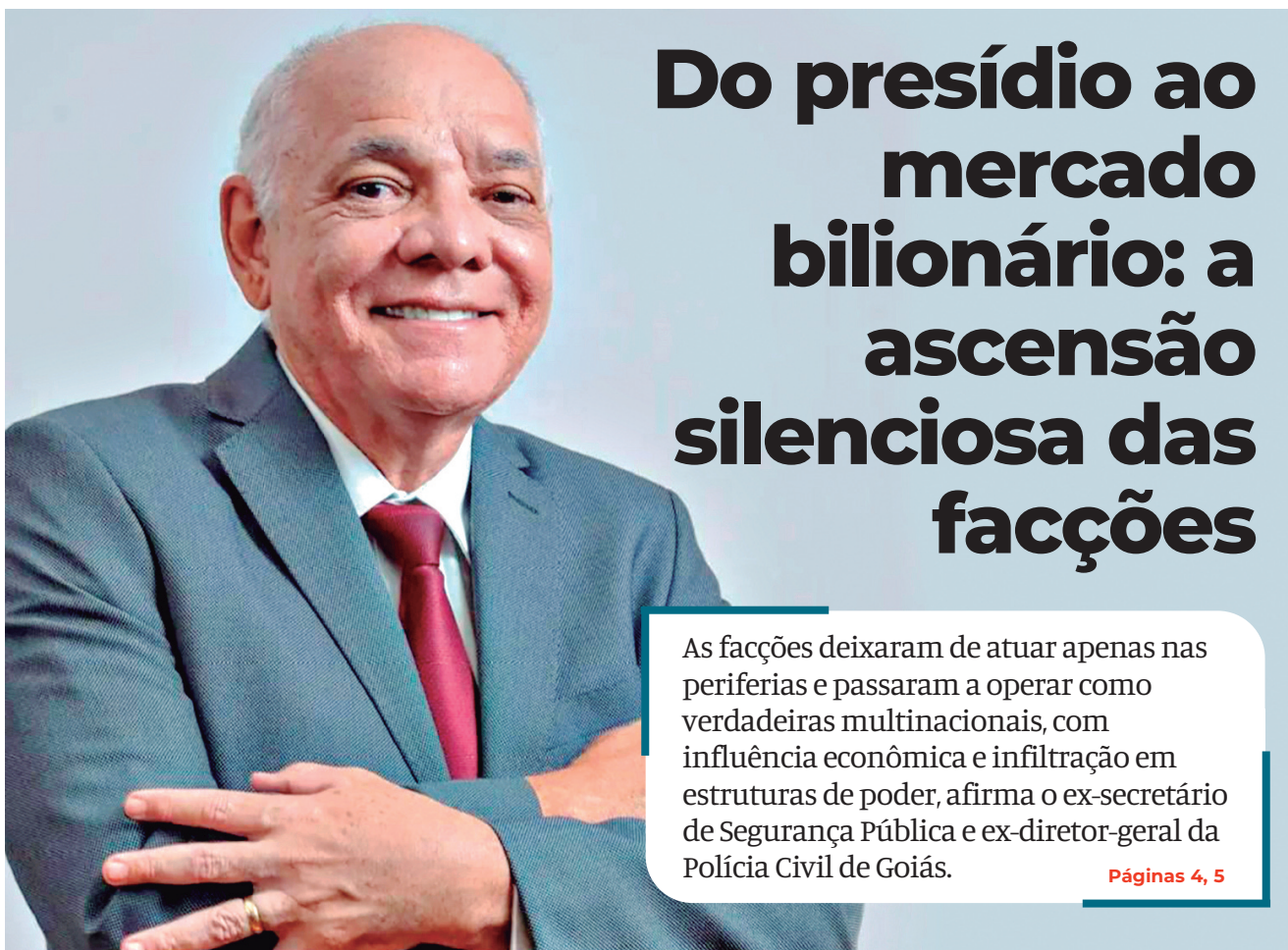


Trabalho começa com R\$ 260,5 milhões em investimentos na infraestrutura, avanço na entrega de moradias e medidas para impulsionar o desenvolvimento econômico. **Página 7**

ENTREVISTA

EDEMUNDO DIAS

Delegado aposentado especialista em políticas e segurança públicas



Do presídio ao mercado bilionário: a ascensão silenciosa das facções

As facções deixaram de atuar apenas nas periferias e passaram a operar como verdadeiras multinacionais, com influência econômica e infiltração em estruturas de poder, afirma o ex-secretário de Segurança Pública e ex-diretor-geral da Polícia Civil de Goiás. **Páginas 4, 5**

ELEIÇÕES 2026

Federações partidárias terão papel decisivo



Tanto os recursos como os votos se somam para os cálculos de quocientes pela Justiça Eleitoral para a distribuição das vagas. **Página 8**

ÁTILA WOLFF

Gracinha Caiado lidera a corrida ao Senado desviando da crise entre Poderes

Em outras palavras, Gracinha Caiado está em primeiro lugar porque é a curinga do governo. **Página 6**



ESCOLA

Desempenho no ENEM reflete diferenças de renda entre estudantes brasileiros



Em Goiás, políticas de incentivo e qualidade educacional buscam reduzir essa desigualdade. **Página 12**

ECONOMIA

Goiás lidera produção de terras raras, mas setor ainda é emergente



Mesmo com protagonismo nacional, mineral responde por menos de 1% da arrecadação e avança gradualmente com novos investimentos. **Página 9**

TRIBUNA POLÍTICA

Previdência patronal

Vanderlan Cardoso será o relator da PEC que altera o modelo de contribuição previdenciária patronal.

Página 3

HERIVELTO NUNES

Podemos sonhar com o hexa?

A seleção brasileira enfrenta baixas e Carlo Ancelotti aguarda a evolução do quadro clínico de cada jogador.

Página 11

EDITORIAL

1º de maio: convite à reflexão

O Dia do Trabalhador chega, mais uma vez, como convite à reflexão — e à ação. Em um país marcado por profundas desigualdades, a instalação da comissão na Câmara para discutir o fim da escala 6x1 e a redução da jornada semanal não é apenas um movimento legislativo: é um termômetro das tensões e urgências do mundo do trabalho contemporâneo.

A proposta de reduzir a carga horária para 36 horas semanais, seja por meio de transição gradual ou pela adoção de uma semana de quatro dias, dialoga com transformações já em curso em diversas economias. Não se trata de um capricho ideológico, mas de reconhecer que produtividade, tecnologia e bem-estar precisam caminhar juntos. Trabalhar menos dias não é trabalhar menos, é trabalhar melhor, viver mais e adoecer menos.

No entanto, o debate não pode se limitar à duração da jornada. No Brasil, o peso do trabalho é distribuído de forma desigual. As mulheres, especialmente, seguem acumulando jornadas invisíveis. Entre emprego formal, tarefas domésticas e cuidado com filhos ou familiares, muitas enfrentam uma rotina que ultrapassa, com folga, qualquer limite legal. Reduzir a jornada sem enfrentar essa desigualdade estrutural corre o risco de apenas suavizar uma injustiça mais profunda.

O 1º de maio também é um lembrete histórico: direitos trabalhistas nunca foram concessões espontâneas, mas conquistas fruto de negociação. Hoje, diante de novas formas de trabalho e velhas desigualdades persistentes, o país precisa decidir que futuro deseja construir.

Se a redução da jornada avançar, que seja acompanhada de políticas que promovam equidade de gênero, valorização salarial e proteção social. O verdadeiro progresso não está apenas em trabalhar menos dias, mas em garantir que todos — e todas — tenham condições dignas de trabalhar e viver.

ARTIGO

Energia é a chave

Goiás atravessa um ciclo de expansão que ultrapassa os indicadores econômicos tradicionais. O Estado fortalece o agronegócio, diversifica sua base industrial, estimula o crescimento de polos regionais e se posiciona como um dos ambientes mais promissores do país para novos investimentos. Esse cenário reflete uma transformação estrutural relevante, com impactos diretos sobre a forma como o desenvolvimento deve ser planejado, executado e sustentado ao longo do tempo, inclusive no que tange a sua distribuição de energia elétrica.

A discussão sobre crescimento deixou de ser restrita ao campo técnico. O Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional 2025

aponta que a oferta interna de energia elétrica cresceu 39,7 TWh em 2024, registrando alta de 5,5% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, a participação de fontes renováveis na matriz elétrica atingiu 88,2%, posicionando o Brasil entre os líderes globais nesse aspecto. Esses dados reforçam a necessidade de uma visão integrada, na qual a expansão energética acompanhe, de maneira estruturada, a evolução econômica.

Em Goiás, os sinais desse dinamismo são claros. Dados do Instituto Mauro Borges indicam que o PIB estadual cresceu 7,7% entre janeiro e abril de 2025, com destaque para a agropecuária, que avançou 16,8%, enquanto a indústria apresentou crescimento de

ARTIGO

Quando o coração não acompanha o relógio

Há décadas o ritmo da vida humana acelera. Mas o pulsar do coração não acompanha essa velocidade. A nossa biologia não vai mudar só porque a demanda externa pede. Há um descompasso silencioso entre o corpo e o ambiente. Terreno fértil para o adoecimento.

É nesse cenário que uma discussão urgente se instala. A jornada 6x1 volta ao centro do debate político, econômico e social, enquanto a atualização da NR-1, que passa a incluir os riscos psicossociais como responsabilidade das organizações, avança no Brasil.

Os dados acendem um alerta: o país está entre os de maiores índices de ansiedade do mundo. Em relação à depressão, uma das principais causas de afastamento do trabalho, o país ocupa posição de destaque global, com 11,5 milhões de brasileiros afetados. E há mais: os relatos de burnout crescem de forma significativa. Reconhecido na CID desde 2022, o burnout é um estado de esgotamento físico e emocional causado por estresse crônico no trabalho, marcado por exaustão, distanciamento mental e queda de desempenho.

Onde estamos escorregando? O que ainda não estamos conseguindo ver? Além das perdas econômicas, trata-se de uma questão de saúde pública. A cada ano, há mais pessoas deprimidas, ansiosas, estressadas e exaustas.

A Organização Mundial da Saúde, em conjunto com a Organização Internacional do

Trabalho, reconhece que as condições de trabalho são determinantes centrais da saúde mental. Reduzir a jornada pode ajudar, mas não basta. É preciso compreender a origem desse estado de alerta constante que mantém o organismo sob pressão contínua.

Diante desse cenário, falar em felicidade no trabalho pode soar ingênuo. Mas ignorar o problema é mais arriscado. O corpo, em escala populacional, emite sinais claros de sobrecarga. Estamos dispostos a escutar? Quando um número crescente de pessoas adoecer, a explicação não pode ser reduzida à fragilidade individual. Estamos diante de um adoecimento coletivo produzido por ambientes que nós mesmos criamos.

Nesse contexto, a NR-1 representa um avanço importante. Mas surge um novo desafio: estamos preparados para essa mudança? Transformar culturas de trabalho exige revisão de práticas e, sobretudo, de mentalidade — ainda fortemente orientada pela lógica da produtividade a qualquer custo, gerando medo, ansiedade e burnout.

Há uma dimensão estrutural que precisa ser transformada: modelos de trabalho mais sustentáveis e organizações genuinamente comprometidas com a saúde mental.

Mas há também uma dimensão individual. O corpo humano precisa de ciclos: esforço, pausa e recomposição. Quando a pausa se torna insuficiente, o estado de alerta deixa de ser adaptativo e vira desgaste. A ciência

do bem-estar aponta que o estresse permanente causa danos de alto impacto não apenas no indivíduo, mas em todo o seu entorno.

Cuidar da saúde no âmbito individual, portanto, passa pelo autoconhecimento, mudança de hábitos, escolhas conscientes e protagonismo diante da vida. Pequenas mudanças no cotidiano importam: criar pausas reais, cultivar relações saudáveis, incluir experiências que gerem bem-estar. E isso também se aprende.

Grande parte do que sustenta nosso comportamento não é visível, mas é determinante. A maneira como vivemos nossos dias atravessa a forma como sentimos, nos conectamos e existimos. A felicidade no trabalho nasce do encontro entre ambientes saudáveis e escolhas conscientes no cotidiano. Trazer presença e vitalidade para nossos momentos entre um dia e outro é o grande desafio dos nossos tempos.

A pergunta que permanece é: o que estamos construindo diariamente e o que seremos capazes de transformar?



Deborah Dubner é psicóloga e escritora.

o compromisso com a ampliação da capacidade energética, essencial para sustentar o crescimento econômico.

Além disso, a modernização das redes, a digitalização dos sistemas e a melhoria contínua dos serviços prestados são fatores decisivos para garantir eficiência e segurança no fornecimento. Investir em tecnologia e inovação não apenas reduz perdas e aumenta a confiabilidade, como também prepara o Estado para novos desafios, como a expansão da mobilidade elétrica e o crescimento de atividades industriais de maior complexidade.

Esse é um debate que impacta toda a sociedade. Energia de qualidade, com previsibilidade e capacidade de expansão, é fundamen-

tal para a competitividade, a atração de investimentos e o fortalecimento dos municípios. Goiás avançou em escala e complexidade, e o planejamento energético ocupa posição central nesse processo, contribuindo para a construção de um futuro mais equilibrado, eficiente e próspero.

Avante!



Lener Jayme, Presidente da Equatorial Goiás



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagnyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO
em sintonia com você. Escreva para:
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagn@gmail.com



"Não é um bom projeto para o Brasil"



Fotos: Divulgação

Saneamento

O presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, fala sobre a universalização do saneamento em Goiás no VII Fórum Novo Saneamento, que acontece nos dias 12 e 13 de maio, em São Paulo. Ele vai falar sobre a estratégia da Saneago para alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto no estado até 2033. Cerca de 40% da população goiana ainda não conta com coleta de esgoto, segundo dados do IBGE. Os investimentos estimados para alcançar a universalização em Goiás superam os R\$ 6 bilhões.

Leilão

A Saneago e o BNDES iniciaram nova etapa de diálogo com o mercado, a fim de retomar o leilão que vai definir novas PPPs no estado. O leilão que seria realizado em março foi cancelado após a inabilitação da única proposta apresentada. A decisão foi tomada pela Comissão Especial de Licitação da companhia de saneamento, que identificou o descumprimento de exigências previstas no edital.

Previdência patronal

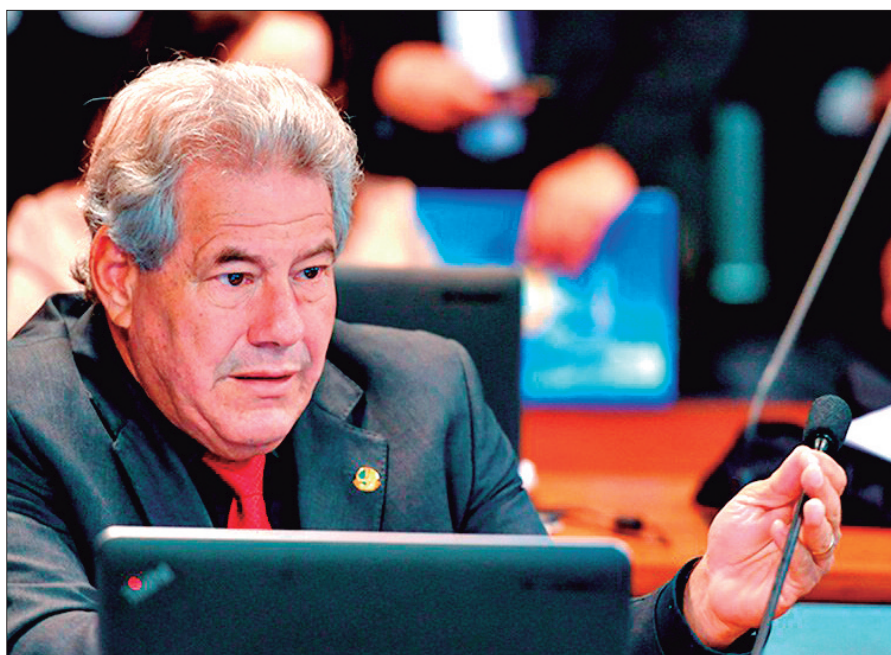
O senador Vanderlan Cardoso (PSD) será o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2026 no Senado. A proposta altera o modelo de contribuição previdenciária patronal, substituindo a cobrança sobre a folha de salários por uma alíquota incidente sobre a receita ou faturamento das empresas, com limite de até 1,4% e previsão de vigência a partir de 2027.

Fora da lista

Dos candidatos a governador, a revista Veja listou seis que podem se eleger no primeiro turno, de acordo com as últimas pesquisas de intenção de votos. Daniel Vilela (MDB) não está na lista, apesar de aparecer com mais de 45% das intenções de votos na maioria dos levantamentos.

O deputado federal Glaustin da Fokus (Podemos) é titular da comissão especial da Câmara dos Deputados que vai analisar duas propostas de emenda à Constituição que preveem a redução da jornada de trabalho no país para 36 horas semanais. A comissão foi instalada nesta quarta-feira (29). Questionado sobre o projeto da deputada federal Erika Hilton (PSOL), em 2024, Glaustin da Fokus disse que o modelo de quatro dias semanais de trabalho "não

é um bom projeto para o Brasil", especialmente em um contexto que exige produtividade e aumento de receita. "É claro que é bom descansar mais, mas temos responsabilidades e essa PEC vai na contramão da necessidade de produzir". O relator da PEC, deputado Leo Prates, já definiu um calendário para a apreciação do tema na comissão especial. Apresentar um pré-relatório entre 20 e 21 de maio para o parecer ser apreciado entre 25 e 26 de maio.



Antes de entrar de corpo e alma na campanha para ser escolhido o vice na chapa de Daniel Vilela (MDB), o ex-senador Luiz do Carmo (PSD) passou por um procedimento cirúrgico nos olhos. Ficou de molho esta semana que passou.

Efeito Messias

Em pronunciamento no Plenário, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) defendeu a necessidade de uma reforma no Judiciário e fez críticas ao atual modelo de indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o sistema vigente concentra excessivamente a escolha nas mãos do presidente da República, o que, na avaliação dele, limita a contribuição institucional ao país. "Já me convenci de que o modelo atual institucionalmente pouco acrescenta ao país. Mudá-lo é inevitável", afirmou. Kajuru destacou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 39/2025), de sua autoria, que prevê a divisão da responsabilidade pelas indicações ao STF entre diferentes atores institucionais. O senador também defendeu a adoção de critérios como idade mínima e tempo de mandato para os ministros.

Reforma do Judiciário

Kajuru também apontou a necessidade de mudanças no funcionamento do sistema judicial, com foco na redução da morosidade, no aumento da eficiência e no fortalecimento da credibilidade das instituições. Kajuru citou o volume de processos em tramitação no país, mais de 75 milhões, como um dos principais desafios a serem enfrentados. O senador afirmou que a reforma deve ser construída de forma ampla, com participação de diversos setores da sociedade e das instituições.

"Pebas"

Edemundo Dias, entrevistado desta semana, afirmou que Goiás não é o estado mais seguro do país, como o ex-governador Ronaldo Caiado afirma. Segundo ele, o estado estaria entre o sexto e o oitavo lugar. E mais, disse que Goiás combate os crimes cometidos por "pebas", e não se consegue combater o principal problema do país, o crime organizado.

Rejeição

Mais do que intenção de voto, os dados indicam que o índice de eleitores que dizem não votar em determinados candidatos pode ser decisivo para o desfecho da eleição. De acordo com as pesquisas, o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) têm cerca de 50%. Ambos têm alto grau de conhecimento nacional, o que reduz a margem para crescimento fora de suas bases. Candidatos mais conhecidos enfrentam resistência consolidada, enquanto nomes menos conhecidos ainda têm espaço para avançar, o que favorece Ronaldo Caiado (PSD). Mas ele tem outro desafio: superar a baixa visibilidade.

UBE-GO celebra 80 anos

A União Brasileira de Escritores em Goiás (UBE-GO) comemora 80 anos de história com a retomada do tradicional Encontro Nacional de Escritores, que voltou à agenda cultural após um hiato de 25 anos. A sétima edição do evento será realizada em Goiânia, entre os dias 28 e 31 de maio. O encontro marca as celebrações pelo Dia da Literatura Brasileira, em 2 de maio, e reunirá escritores, artistas e público em uma agenda diversificada, com debates, apresentações musicais, concursos

de redação e poesia, entre outras atividades. A retomada do encontro é fruto de um esforço iniciado ainda em 2019, com o objetivo de resgatar a tradição de grandes eventos literários no estado. Goiânia já sediou momentos históricos, como o 1º Encontro Nacional de Intelectuais, em 1954, viabilizado por Pedro Ludovico, que trouxe nomes como Pablo Neruda e Jorge Amado. A última edição do evento, em 2004, contou com a participação de Ariano Suassuna, Ziraldo e Ana Miranda.

ENTREVISTA EDEMUNDO DIAS

Do presídio ao mercado bilionário: a ascensão silenciosa das facções

Andréia Bahia

O avanço e a sofisticação do crime organizado no Brasil são temas centrais desta entrevista com Edemundo Dias, ex-secretário de Segurança Pública e ex-diretor-geral da Polícia Civil de Goiás. Com trajetória acadêmica e experiência prática no enfrentamento à criminalidade, ele traça um diagnóstico preocupante: as facções deixaram de atuar apenas nas periferias e passaram a operar como verdadeiras multinacionais, com influência econômica e infiltração em estruturas de poder. Ao longo da conversa, Dias analisa a evolução dessas organizações, critica estratégias de combate adotadas no país e aponta os desafios institucionais para conter o avanço do crime de alta complexidade.

TRIBUNA DO PLANALTO

Quais são os principais desafios no combate ao crime organizado no Brasil, na opinião do senhor?

EDEMUNDO DIAS

Eu escrevi um livro, chamado "O Vácuo do Poder e o Crime Organizado", no início do ano de 2000, era objeto de uma tese de doutorado, e publiquei em 2002. Ali, a gente configurava o crime organizado muito vinculado às facções criminosas, quando essas facções atuavam principalmente nessas áreas conflagradas, periféricas, favelas e ocuparam aquele espaço vazio que o Estado ia deixando. A gente chamava isso de poder paralelo. E eles tinham uma atuação muito forte nos presídios, porque foi nos presídios brasileiros, em face do caos que girava em torno das penitenciárias, dos presídios, dos locais de custódia de presos, que surgiu esse movimento que a gente denomina hoje de facções criminosas ou de crime organizado no Brasil. Acontece que, de lá pra cá, o Estado se manteve ineficiente em relação a esse enfrentamento e, por outro lado, o crime organizado se organizou mais ainda. Eu estou escrevendo um novo livro, com essa tese atualizada, ampliada, revisada, com pesquisas inéditas e dados inéditos, que devo lançar em junho, com a vinda do senador Alessandro Vieira, aqui em Goiânia, para participar de um debate público na Câmara Municipal para falar sobre a CPI de Crime Organi-

zado. Do ano 2000 para cá, o crime evoluiu, sofisticou-se. Hoje, quando você me pergunta quais são os principais desafios, para responder à sua pergunta diretamente, eu diria que não se enfrenta o crime organizado hoje sem ter uma concepção clara de que há um colapso institucional no Brasil, uma crise dos poderes constituídos e ascensão do crime organizado, que não são mais apenas facções, são multinacionais do crime, especialmente o PCC, e que com muita competência ocupou esses espaços institucionais que o próprio Estado brasileiro foi deixando. Não dá mais para se falar hoje em crime organizado, de alta complexidade, de alta performance, de alto nível, sem falar na captura, na cooptação de agentes públicos importantes encastelados dentro dos poderes constituídos. Não há mais um poder paralelo do crime organizado hoje no Brasil. O que há é um poder transversal. Não há mais um monopólio da violência legítima pelo Estado; há um duopólio, que eles interagem, plasmados, dentro das próprias instituições de poder do país, infelizmente. Esse é o grande desafio. Não pode combater o crime organizado se não combater a corrupção, lavagem de dinheiro e essas multinacionais do crime. Só para você ter uma ideia, o PCC está instalado em 30 países. Não é brincadeira.

Quando o senhor fala em facções, está falando do PCC, Comando Vermelho e quais

outras organizações?

Primeiro, quando você fala de facção, está falando de um tipo dentro de um modelo genérico que se chama crime organizado e que está entrelaçado. Quando você fala especificamente de facções, temos no Brasil quatro grandes facções: o PCC, que é o maior de todos, que é uma empresa, uma holding internacional; depois vem o Comando Vermelho, depois vem o que a gente chama de Terceiro Comando Puro, que é uma dissensão do Comando Vermelho do Rio de Janeiro. O PCC com sede em São Paulo, o Comando Vermelho com sede no Rio, o Terceiro Comando Puro, e a Família do Norte. Só que essas facções estão trabalhando hoje, não mais disputando territórios, por isso que a violência explícita, urbana, que o próprio tráfico de drogas gerou em determinado momento, diminuiu. Essas facções têm a capacidade hoje de monitorar e elas próprias controlar o crime organizado. O Comando Vermelho e o PCC estabeleceram uma aliança de paz num documento histórico que foi aperfeiçoado em 2025, mas já vinham em tratados de paz, porque começaram a perceber que é muito mais rentável deixarem essa guerrilha exposta e atuarem, de certa forma, em conjunto ou em parceria. O PCC hoje não tem mais



Edemundo Dias

Delegado aposentado especialista em políticas e segurança públicas

“ Temos no Brasil quatro grandes facções: o PCC, que é o maior de todos, que é uma empresa, uma holding internacional; depois vem o Comando Vermelho e, Terceiro Comando Puro do Rio de Janeiro. ”

uma estrutura apenas piramidal. O topo do PCC hoje é invisível. Quando se vê esses rostos que aparecem para o público, esses rostos já não são mais das grandes lideranças do PCC e de outras organizações mais bem constituídas. A complexidade hoje e a importância de enfrentamento dessas organizações no Brasil darão ao país a resposta se somos realmente uma nação autônoma, democrática e que segue os princípios republicanos. Eu diria que estamos em crise terrível em relação a esses valores no Brasil.

No momento, há experiências de crime organizado semelhantes ao PPC fora do Brasil?

O PCC foi classificado como uma potência mundial da cocaína. Essa classificação foi feita pelos Estados Unidos porque o PCC já estabeleceu células lá. O crime organizado de alta complexidade já atravessou as barreiras institucionais do Estado e colonizou várias agências estatais. Ontem (dia 28), por exemplo, foi desencadeada uma operação no porto do Rio de Janeiro, onde foram bloqueados ou detectados desvios de mais de R\$ 86 bilhões. Só que eles estão tão estruturados nessa cooptação da polícia, sistema prisional, o próprio Judiciário, Legislativo, que quando se ataca um porto, eles já transferem para outro, de Santos, do Paraná, de Itaquí, no Maranhão, porque estão atuando em células, como se fosse um McDonald's do crime. E estamos falando só de tráfico de drogas. Imagina quando fala em lavagem de dinheiro, em atuação com empresas ilícitas com cara de lícitas, em falsificação de remédios, falsificação de bebidas, atuando na área dos postos de gasolina, das indústrias de combustíveis, na produção de etanol; imagina o volume de poder que essas organizações estão alcançando?

No momento, quais organizações criminosas no mundo se assemelham à complexidade do PCC?

Quando o jornalista Roberto Cabrini entrevistou o Marcola, ele disse que estava lendo os clássicos da sociologia. Ele disse assim: eu leio Max Weber. Max Weber é aquele que traz a teoria do Estado como detentor do monopólio da violência. Esse pessoal sabe o que está fazendo e não estão atuando sozinhos. Eles estão sistematizados. Quando se faz uma comparação em relação a outras organizações criminosas internacionais, e eu falo que hoje o PCC é uma multinacional, estou querendo dizer justamente isso. Como a economia globalizou, o mundo globalizou, o crime também globalizou. Eles estão entranhados, agem em parceria. O PCC atua com todas essas principais máfias internacionais. Essas organizações criminosas têm atuação na América do Sul e o PCC tem uma atuação bastante significativa nesses outros países. As rotas internacionais estão interligadas, porque eles decidiram que ao invés de ficar disputando os cartéis do México, inclusive com interlocuções com Farcs da Colômbia, eles já se instalaram numa espécie de parceria como as grandes empresas multinacionais fazem com bastante competência. Por isso que hoje é muito difícil fazer esse enfrentamento ao crime organizado como se fazia antigamente.

Os Estados Unidos avaliam tachar CV e PCC como terroristas. Qual o impacto dessa classificação no combate ao crime organizado?

Essas facções não têm as condições, os requisitos para serem classificadas como organizações terroristas, porque as organizações terroristas têm que ter um componente ideológico, de tomada de poder do ponto de vista de subversão do Estado através da violência, do modo tradicional que se entende. Mas quando a gente verifica que essas organizações já estão atuando e comprometendo - no Brasil isso começa a ficar bastante evidente - elas já estão influenciando nas eleições, estão influenciando na tomada de decisões do poder central. Inclusive essas células brasileiras do crime organizado já estão instaladas em vários estados dos Estados Unidos. Quando os Estados Unidos querem fazer essa classificação, é porque de fato, além da conotação política ideológica do governo Trump, eles estão preocupados com a ascensão e o poderio gigantesco dessas organizações e as suas influências em vários

setores da sociedade.

Uma parceria com os Estados Unidos para combater principalmente o tráfico de drogas seria interessante para o Brasil?

O que o Brasil tem que fazer é intensificar (o combate ao tráfico de drogas), porque senão o Brasil corre o risco de essas organizações de matriz brasileira serem classificadas como organizações criminosas terroristas. Ele tem que buscar uma parceria. E os Estados Unidos, por seu lado, têm um grande problema, porque os Estados Unidos continuam sendo o maior consumidor de drogas do mundo, tanto de drogas lícitas quanto ilícitas. Por exemplo, o fentanil tem uma ascendência mercadológica muito grande no México, mas como produtor de fentanil original e falsificado. Mas os Estados Unidos continuam sendo o maior consumidor. É um grande problema na mão dos Estados Unidos. Eu estive na região da Califórnia, visitei o presídio de San Quentin, perto de São Francisco, em Los Angeles, pesquisando por lá, e a quantidade de pessoas presas, na época que eu estive lá, era enorme, gigantesca, milhares e milhares e milhares de presos envolvidos com o tráfico de drogas, mesmo os Estados Unidos não sendo produtor de drogas, mas é um grande consumidor. Os Estados Unidos fazem essas parcerias e alianças internacionais para mitigar um problema terrível que eu continuo afirmando que não se resolve só com repressão. Resolve com educação, com projetos proativos, preventivos, educacionais, para convencer e instruir a sociedade de que esse não seria o caminho. Porque se a droga é uma potência econômica, é porque a demanda ainda é muito grande. Eu só vou dar um dado aqui, de pesquisas que eu faço: há cerca de mais ou menos três, quatro anos, foi feita uma pesquisa sobre remédios psicotrópicos, esses ansiolíticos, remédios para depressão. Só no Brasil foram vendidas 28 milhões de caixas de Rivotril, só Rivotril. Quando considera as outras drogas, Lexotan, DePakote, drogas para depressão, para transtorno do pânico, e uma série de patologias decorrentes dessa ansiedade que ocorre no mundo todo, isso atinge em torno de quase 80% da população. A mercadoria que eles trabalham, nós estamos falando só de drogas, volto a repetir, tem uma demanda muito grande. Se você não fizer políticas de prevenção sérias, de acolhimento, de tratamento, de compreensão, no sentido multifuncional, multissetorial, não vamos conseguir combater com eficiência essa questão só no



Na pesquisa do Fórum Nacional de Segurança Pública, Goiás está entre o sexto e o oitavo estado com menor ocorrência de homicídios, mas cresceu muito a violência contra a mulher em Goiás.

fuzil e na metralhadora. É preciso ter inteligência, é preciso ter interlocução, não só na área de segurança pública, mas na área de saúde, verificar que esse problema da droga, não é um problema só da segurança pública e da saúde pública. Agora quando você vai para lavagem de dinheiro, para a Faria Lima, vai para esses escândalos que estamos assistindo, com batalhões de advogados que essas organizações têm, batalhões de contadores que essas organizações têm, milícias, a cooptação de agentes públicos, fiscais, auditores e tal, a gente vê que esse hoje é um problema institucional seríssimo, político, institucional, muito sério no Brasil.

O governo federal propõe centralizar as ações de combate ao crime, proposta que foi muito contestada pelo ex-governador Ronaldo Caiado. O que o senhor acha da proposta do governo federal?

Eu acho que tem que estabelecer parcerias. Quando o ex-governador se arvora contra, é porque o discurso dele, que é um discurso de meia verdade, porque quando ele diz que Goiás, hoje, tem a melhor segurança pública do Brasil; primeiro é que

não é. Na pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Segurança Pública, Goiás está entre o sexto e o oitavo estado com menor ocorrência de homicídios, mas cresceu muito feminicídio e violência contra a mulher aqui em Goiás. E Goiás deixou de ser o chão de fábrica por causa das alianças das facções. Para as facções, volto a repetir, não interessa mais a briga de rua, as mortes; eles estão atuando noutra nível, na cooptação de agentes públicos e no nível do poderio econômico. Em Goiânia, por exemplo, quando você vê surgir pessoas em condomínios de alto padrão, na área rural, postos de gasolina, franquias de academia, o crime organizado aqui está atuando nestes setores. É costume dizer numa linguagem chula, nós da polícia, e aí eu me coloco como delegado de polícia há muitos anos, que a guerrilha urbana ficou para os pebas, para o baixo escalão do clero do crime. O alto clero não quer saber mais disso, mas de lavagem de dinheiro. E Goiás se tornou um centro importante. Em todas as operações que a polícia consegue detectar crime organizado tem Goiás no meio, tem gente que mora em Goiás no meio, porque aqui favorece pela localização e até pela própria pacificação que foi estabelecida.

O governo está combatendo, na verdade, os pebas. O crime organizado de alta complexidade não entrou na mira do governo estadual?

Exatamente. O dinheiro dessas organizações criminosas compõe todos esses escândalos recentes no Brasil, Master, INSS, Carbono Oculto, que está na Faria Lima, envolvendo agentes públicos de alto poder no Brasil, escritórios de contabilidade, uma série de coisas, você vê que eles alcançaram um patamar que é muito mais difícil das próprias forças coercitivas do Estado alcançar. Eles hoje são uma hidra, com várias cabeças. Se você mata uma, surgem cinco, seis ali. Já não conse-

gue mais alcançar todos os tentáculos do crime, porque as grandes estruturas do poder estão interligadas. Eles são capazes de contratar os melhores escritórios do Brasil.

Podemos entender que Brasil já está sendo parcialmente governado pelo crime organizado, considerando que as organizações já estão infiltradas nos centros de poder?

Eu não diria governado, mas nós estamos num colapso institucional perigoso no qual o crime organizado alcançou uma estrutura de poder transversal no Brasil preocupante. Eu fiz um artigo discutindo o que é antissistema, porque comecei a observar que todos esses concorrentes à Presidência da República falam que são antissistema, até o próprio Lula, sendo que ele é o presidente. Romeu Zema é antissistema, Flávio Bolsonaro é antissistema, todo mundo é antissistema. Sabe quem é o verdadeiro antissistema no Brasil? O PCC é antissistema, porque ele foi fundado dentro dos porões dos presídios brasileiros com uma conotação sociológica, filosófica. Porque quando o Marcola diz "eu estou lendo o Max Weber", ele está dizendo que está montando uma estrutura de poder que vai competir com os poderes estatais por dentro. Essas organizações são um antissistema verdadeiro dentro do sistema. Porque quando eles ocupam as periferias, quando começam a fazer as entregas que o Estado não faz na área de saúde, a ambulância que socorre, a entrega do gás, quando começam a controlar esses serviços, funcionam como uma espécie de Robin Hood ao avesso. E eles têm popularidade, por isso é que eles manietam essas comunidades. A mãe de família que tem um filho viciado em crack, por exemplo, obrigatoriamente, vira uma viciada passiva, porque ela vai ter que ir lá comprar. E ali ocorre uma Síndrome de Estocolmo, aquele que oprime, passa a ser um herói, porque está entregando aquilo que você precisa. Veja que o problema é muito sério. O que se vê no Brasil hoje? São as instituições digladiando contra elas próprias, pelo poder. E quando os candidatos se apresentam como antissistema, estão favorecendo o crime organizado, porque estão fugindo dos debates principais que a população tem que ter e apenas aparecendo numa narrativa e num rótulo que eles não têm razão para ocupar. A organização criminosa tem. Porque eles nasceram dos porões e hoje estão dando bom dia na Praça dos Três Poderes.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

Análise

Italo Wolff
wolfffc@gmail.com

ELEIÇÕES 2026

Entenda como Gracinha Caiado lidera a corrida ao Senado desviando da crise entre Poderes

Divulgação

O silêncio estratégico de Gracinha Caiado diante do choque do Senado com o STF e com o Executivo não a prejudica, mas silenciar-se pode ser fatal para outros candidatos

Neste ano, teremos aquela que talvez seja a mais importante disputa para o Senado desde a redemocratização. O cenário nunca esteve tão conflituoso: o escândalo do Master, que envolve Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, colocou o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no centro do interesse público; na última quarta-feira (29), a rachadura atingiu proporções históricas com a primeira rejeição de nome indicado ao STF por senadores em 132 anos, dividindo Legislativo e Executivo; com dois terços das vagas do Senado em jogo, a projeção de renovação é alta.

O contexto é de isolamento dos Poderes. Com a rejeição do nome de Jorge Messias, indicado por Lula da Silva (PT) para compor o STF, dois recados foram dados pelo Senado. O primeiro é de cisão com o governo, por não acreditar que Lula terá chance de retaliar pois não terá novo mandato em 2026, ou por acreditar que, se for reeleito, será muito dependente do Legislativo. O segundo recado é uma demonstração de força para o STF, um prenúncio da aprovação do projeto de impeachment de ministros em reprimenda às invasões de competência que senadores alegam sofrer por parte do Judiciário.

O capítulo mais recente da crise foi fruto da tentativa e falha do governo de conduzir as negociações, escanteando o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UB). A pulverização do poder do Executivo para o Legislativo, promovida pelo aumento das emendas e Codevasfs da vida, é muito diferente daquela lógica centralizadora na figura do presidente

da República que Lula encontrou em seus primeiros mandatos. É um processo que começou no próprio Senado, sob a presidência do mesmo Alcolumbre, de 2019 a 2021, e se aprofundou na presidência de Arthur Lira (PP) na Câmara de 2021 em diante.

Agora, para quem quer se tornar senador, o X da questão é: há uma crise entre Legislativo, Executivo e Judiciário que o futuro presidente da República precisará resolver — qual é o preço político para azeitar a articulação entre os poderes? Embora essa charada deva ocupar boa parte do próximo mandato dos senadores, eleitoralmente, é uma questão que muitos candidatos escamoteiam. O leitor atento, entretanto, não deve se enganar sobre o que realmente importa.

Com essa conjuntura que está dada, é de se esperar que Gracinha Caiado, primeira colocada nas intenções de votos, tenha de se posicionar sobre os acontecimentos recentes. Mais ainda, é de se esperar que, sendo esposa de pré-candidato opositor de Lula, esteja em desajuste com os avanços do Supremo (Lula é associado e identificado pelo eleitor com o STF). Não é o caso. Gracinha é um exemplo de como o cotidiano político às vezes é dissonante das condições eleitorais.

O jornalista Jackson Abrão entrevistou a pré-candidata e questionou-a sobre o impeachment de ministros do STF, ao que Gracinha Caiado respondeu: “Não se pode conduzir a campanha dizendo ‘sou a favor ou contra’, porque o Brasil é muito mais que isso. O Senado é o lugar onde se deve tratar os problemas do Brasil. Ali tem que ter diálogo. Acho que o Supremo tem feito decisões erradas. Estamos carentes de liderança forte porque o presidente da República parece ter medo do Supremo. Eu saberei ler e interpretar, não me acovardo, mas jamais serei injusta, então acho que o assunto não pode ser tratado com populismo.”

A não resposta revela um cuidado de não se comprometer com nenhuma das duas alternativas, não criar atritos com a Corte durante o processo eleitoral, não alienar eleitores simpáticos ao Supremo (mesmo que estes sejam prováveis eleitores de Lula), e não deixar de criticar os ministros. O que explica que a candidata seja premiada por não



SAIBA MAIS

Vale a pena observar o exemplo em Goiás. Pesquisa Quaest divulgada na última quinta-feira (30) levantou a primeira e a segunda opção de 1.104 eleitores no estado e teve os seguintes resultados:

✓ Gracinha Caiado (UB):	22%
✓ Vanderlan Cardoso (PSD):	12%
✓ Dr. Zacharias Calil (MDB):	11%
✓ Gustavo Gayer (PL):	10%
✓ Delegado Humberto Teófilo (Novo):	8%
✓ Alexandre Baldy (PP):	5%
✓ Oséias Varão (PL):	3%
✓ Iure Castro (Cidadania):	1%
✓ Humberto Chaves (PSOL):	0%
✓ Professor Marcelo Moreira (PSOL):	0%
✓ Indecisos:	16%
✓ Branco/nulo/não vai votar:	12%

se posicionar sobre o mais importante balizador do debate para o Senado? O que justifica sua alta intenção de votos mesmo sem acenar para um dos dois eleitorados?

A resposta está em outras manchetes. O deputado federal Ismael Alexandrino (PSD) disse que apoiará Gustavo Gayer (PL)... e Gracinha Caiado. O principal líder evangélico de Goiás, Bispo Oídes, declarou apoio a Vanderlan Cardoso... e Gracinha Caiado. O deputado estadual Gugu Nader (PSDB) afirmou que vai apoiar o ex-governador Marconi Perillo (PSDB)... e a ex-primeira-dama Gracinha Caiado (ela é casada com o maior adversário de Marconi).

Em outras palavras, Gracinha Caiado está em primeiro lugar porque é a curinga do governismo. Em Goiás, onde a lógica política ainda lembra aquela que Lula encontrou no início dos anos 2000, muito do poder passa pela centralidade do governador. Não há Davi Alcolumbre — Bruno Peixoto (UB) é um aliado. Isso pode ser um atestado a favor de

Ronaldo Caiado (PSD), que poderá dizer nas eleições que a crise não chegou a Goiás; Legislativo e Executivo se entendem bem. Afinal, o eleitor pode compreender que o que falta para resolver o atrito entre os Poderes é a articulação de um líder com autoridade moral.

Gracinha Caiado entra como parte da solução dessa equação, e a construção de sua imagem política passa pelas ideias de apoio e suporte. Ressoa com o eleitorado a necessidade de “azeitar a articulação entre os poderes”. É tarefa complicada transmitir essa mensagem sem soar fraca e submissa ao projeto de um outro político, mas Gracinha de alguma forma tem cumprido bem o papel.

Talvez por ter sido durante sete anos a presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e Coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais, sua imagem esteja associada ao amparo. Seu trabalho na área social rende frutos eleitorais agora, com recall forte (talvez tenha

tanto recall quanto Vanderlan Cardoso, atual senador e sempre presente em eleições).

Cabe a crítica à prática de nomear parentes que pretendem concorrer a cargos eletivos para fazer “estágio” nos altos escalões do governo. O mesmo ocorreu com outros nomes, como Adriano Rocha Lima, primo de Caiado, possível pré-candidato a vice-governador, e assessor na Secretaria de Relações Institucionais — embora esse posto tenha menos destaque que o de Gracinha. Mas o período no governo rende recall e preparo para fazer campanhas. Diz-se que Gracinha tem fôlego para percorrer municípios em jornada, e vai precisar. Além da própria campanha, terá de percorrer Bahia, Sergipe e Alagoas em busca de apoio para Ronaldo Caiado.

Vale a pena ainda projetar outros cenários: se Lula for eleito, como encontrará o Senado? Hostil, no mínimo. Em Goiás, nem um pré-candidato a senador de esquerda tem sequer 1% das intenções de voto, e mesmo aqueles que atualmente compõem com o governo, como Vanderlan Cardoso, devem pensar duas vezes antes de negociar com o PT que tentou atalhar a presidência do Senado.

A presidência da Codevasf em Goiás tem indicação de Vanderlan Cardoso, e, com a ruptura, o Executivo ameaça retirar as moedas de troca que deu por seu apoio como forma de retaliação. Portanto, outros pré-candidatos a senador em Goiás não encontrarão a mesma tolerância que o eleitor tem com Gracinha quando o assunto for a crise com o STF. Gustavo Gayer é alvo de processo no STF por injúria contra Lula e será o mais cobrado a se posicionar.

Em entrevista coletiva concedida logo após uma das maiores derrotas do governo federal no Senado no século, Flávio Bolsonaro (PL) disse: “Eu não participei de articulação política, não pedi votos contra, apenas dei minha opinião”. É uma postura curiosa do maior adversário do presidente. Capitalizaria eleitoralmente se tripudiasse da demonstração de fraqueza de Lula, mas acabaria ferindo a teia de dependências em que está envolto. Na direita, quem ganha capitaneando a ofensiva contra o STF é Romeu Zema (Novo), que cresce ao custo das intenções de voto de Ronaldo Caiado.

AGENDA

Governador Daniel Vilela prioriza municípios, obras e segurança nos primeiros 30 dias de gestão

Fotos: Secom

Trabalho começa com R\$ 260,5 milhões em investimentos na infraestrutura, avanço na entrega de moradias e medidas para impulsionar o desenvolvimento econômico



Governador Daniel Vilela completa 30 dias à frente do governo de Goiás. Agenda focada em entregas nos municípios, desenvolvimento econômico e ações de segurança pública: “O trabalho seguirá em ritmo ainda mais acelerado para fortalecer Goiás”, afirma

Da redação

O governador Daniel Vilela concentrou o primeiro mês de gestão em frentes de infraestrutura, articulação econômica e presença nos municípios. A agenda oficial totalizou mais de 40 eventos em 16 municípios distribuídos em todos os quadrantes do Estado, conectando o gabinete estadual diretamente às frentes de atuação. “O trabalho seguirá em ritmo ainda mais acelerado para fortalecer Goiás. Foram 30 dias de dedicação diária aos goianos, e esse compromisso continuará”, destacou ao mencionar que equilibrou grandes operações na área de segurança, incentivo ao desenvolvimento econômico e entrega de obras.

Em menos de dez dias, o governador lançou duas frentes de trabalho com R\$ 260,5 milhões destinados a obras de infraestrutura para os municípios. No dia 14 de abril, liberou o programa Goiás em Movimento Municípios (GMM) para restauração de vias nos perímetros urbanos. A iniciativa consolida um investimento de R\$ 165,5 milhões e leva manutenção, conservação e sinalização de ruas e avenidas a 126 cidades do estado. Já no último dia 23, lançou o programa Goiás em Movimento Estruturas (GME) para implantação de pontes e bueiros, contabilizando 212 obras em 44 localidades, com recursos totais de R\$ 95 milhões.

Entre os pilares da gestão, a segurança pública contou com a atuação ainda mais intensa das forças policiais. Foram duas grandes operações para reforçar o combate à criminalidade: Tiradentes entre 10 e 30 de abril, com reforço de prisões preventivas e ostensivas; e a quarta fase da Destroyer – “Ruptura”, da Polícia Civil, quando foram

cumpridos 129 mandados de prisões. Além disso, no dia 23 de abril, Daniel assinou o projeto de lei que imputa aos agressores de mulheres o pagamento pelo uso de tornozeleiras eletrônicas.

A política habitacional ganhou o reforço de 1.035 apartamentos entregues às famílias que financiaram imóveis com subsídio estadual no valor de até R\$ 474 mil por meio do programa Pra Ter Onde Morar – Aluguel Nunca Mais. A primeira entrega contemplou 711 imóveis em Jataí no dia 12 de abril. Na ocasião, outras 65 famílias receberam o título definitivo do imóvel, por meio da regularização fundiária. Na sequência, em Valparaíso de Goiás, foram entregues 324 apartamentos dentro da mesma proposta de incentivo. O gestor esteve em Aragarças e Taquaral, onde foram entregues, respectivamente, 50 e 54 unidades habitacionais a custo zero, no valor total de R\$ 17 milhões.

Daniel Vilela assinou um pacote de medidas para fortalecer o setor de e-commerce no Estado. Como resultado, as operações da Shopee serão ampliadas no território goiano com previsão de criar até 3 mil novos empregos nos próximos anos. Ainda, o comércio eletrônico terá incentivos para atrair novos investimentos e viabilizar a simplificação de operações de comércio eletrônico em Goiás. Em atenção ao mercado global, o governador assinou a adesão de Goiás à Medida Provisória que prevê a subvenção ao óleo diesel, para garantir o abastecimento e mitigar o impacto da crise do petróleo no preço repassado nas bombas.



A malha viária também recebeu novas entregas. O líder do Executivo goiano esteve em Rio Verde, no dia 6 de abril, para inaugurar a duplicação de um trecho da GO-174. A obra marcou a implantação da segunda pista e restauração da via já existente, sendo oficialmente entregue durante a programação da 23ª Tecnoshow Comigo. O investimento foi de R\$ 22 milhões. “Temos um projeto de infraestrutura robusto, um dos maiores do país. Ao longo do tempo, isso tudo vai se consolidar como a marca do nosso governo”, enfatizou Daniel.

Na área educacional, Daniel inaugurou a reforma e ampliação do Colégio Estadual em Período Integral (Cepi) Professor

Alcide Jubé, na cidade de Goiás, com aporte de R\$ 3,4 milhões em melhorias. A construção do Colégio Estadual Mãe Bela, no município de Posse, foi autorizada pelo Estado. A escola seguirá o modelo Padrão Século XXI, com investimento de R\$ 9,5 milhões. O governador também anunciou a ampliação do programa Goiás pelo Mundo que passa de 39 para 200 contemplados, entre estudantes e professores, que vão estudar inglês e inovação por um mês na Austrália, Singapura ou Inglaterra.

Com benefício direto para nove municípios, Daniel Vilela também lançou a obra do Hemocentro Regional de Anápolis. Projetada para assegurar humanização do atendi-

mento e reunir soluções modernas para acolher pacientes, doadores e profissionais, a nova unidade de serviços hemoterápicos terá capacidade para coleta de até 2.640 bolsas de sangue por mês. A iniciativa vai garantir autossuficiência aos municípios de Anápolis, Abadiânia, Alexânia, Campo Limpo, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Gameleira de Goiás, Goianópolis e Pirenópolis, bem como atender o Hospital Estadual de Anápolis Dr. Henrique Santillo (Heana).

FOCO INSTITUCIONAL

A governança demandou atenção do governador que conduziu mudanças pontuais no primeiro escalão, em especial por atenção ao período eleitoral e prioridade em manter uma equipe de governo técnica e alinhada à continuidade das políticas públicas em andamento. Após os ajustes, Daniel recebeu o secretariado, no dia 13 de abril para detalhar as diretrizes da sua gestão e reforçar o comprometimento com os objetivos traçados no plano de Governo de 2022 construído ao lado do ex-governador Ronaldo Caiado.

Outro ponto de atenção foram as visitas institucionais aos demais Poderes e órgãos de controle, entre Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado, Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Ministério Público do Estado de Goiás. Além do diálogo intersectorial, a modernização administrativa segue em alta sob o comando de Daniel Vilela. Ainda na primeira quinzena, o governador inaugurou a nova agência do Ipasgo Saúde, em Goiânia. O novo prédio tem cerca de 1,3 mil metros quadrados de área construída e oferece ambiente mais moderno e com maior capacidade de atendimento aos usuários. O investimento chegou a R\$ 1 milhão.

O governador integrou ainda encontros e reuniões para expandir a presença de Goiânia no cenário esportivo mundial. No dia 10 de abril, o governador iniciou as tratativas com a comitiva da Fórmula Indy para trazer a categoria para o Autódromo Internacional Ayrton Senna. O local, a partir de agora, passa também a receber treinos de ciclismo, com reabertura autorizada no último dia 28. Na ocasião, o líder do Executivo goiano assinou ainda ordem de serviço para a construção de um Centro Aquático no local.

ELEIÇÕES 2026

Federações serão decisivas na definição dos eleitos

Hegon Corrêa



Dyogo Crosara, advogado eleitoralista: “A federação pode ser uma boa para esses partidos que se federaram para essas eleições de 2026”

Decisões sobre distribuição de recursos entre candidatos e apoios são tomadas pelos líderes dos partidos federados

Carla Borges

Introduzidas no sistema eleitoral brasileiro nas eleições de 2022, as federações partidárias terão papel decisivo nos resultados do pleito de novembro deste ano. Por meio desse arranjo político, dois ou mais partidos se unem de forma obrigatoriamente duradoura — pelo menos quatro anos — e funcionam como se fossem uma única e grande agremiação. Com isso, tanto os recursos como os votos recebidos se somam, o que será determinante nos cálculos de quocientes pela Justiça Eleitoral para a distribuição das vagas.

“Seja no aspecto da soma dos recursos, porque eles vão se somar, seja também no tempo de rádio e TV, que, no caso da federação entre dois ou mais partidos se somam, seja também no quociente eleitoral, que vai ficar mais fácil de atingir, a federação pode ser uma boa para esses partidos que se federaram para essas eleições de 2026”, avalia o advogado Dyogo Crosara, especialista em Direito Eleitoral.

Para as eleições deste ano, registraram-se no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cinco

federações: União Progressista, formada por União Brasil e Progressistas; Renovação Solidária, por Partido da Renovação Democrática e Solidariedade; Brasil da Esperança, por Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e Partido Verde; PSDB Cidadania, por Partido da Social Democracia Brasileira e Cidadania; e PSOL REDE, por Partido Socialismo e Liberdade e Rede Sustentabilidade. O prazo para registro terminou no dia 4 de abril.

APLICAÇÃO DE RECURSOS

Quando se forma uma

federação, tem-se a figura de um representante legal junto à Justiça Eleitoral. Dyogo Crosara explica que os representantes legais são as pessoas que dirigem os partidos nos estados, nos municípios ou mesmo em âmbito nacional. É esse líder partidário quem decide a destinação e aplicação do fundo partidário e do fundo eleitoral. Só o valor do fundo eleitoral estimado para este ano é de R\$ 5 bilhões. Não há regras rígidas para a aplicação dos recursos por partidos e federações, que são dotados de autonomia. Na prática, os dirigentes decidem os candi-

datos mais competitivos, que acabam recebendo maiores quantias.

“É óbvio que existem já casos de divergência na aplicação desses recursos e nessas situações, mas as federações têm um papel importante”, pontua Dyogo Crosara, esclarecendo que elas vêm tentar resolver alguns problemas de identidade. “Por exemplo, essa federação do União Brasil com o Progressistas vem num âmbito de tentar criar o maior partido do Brasil, superando o PL e colocando o centrão numa forma de centro de poder”, analisa.

Nesse sentido, as federações têm uma função tanto partidária quanto eleitoral, que é dar mais capilaridade. “Imagine agora esses partidos podendo concorrer como um só, para fins do quociente eleitoral, isso é um ponto muito importante, eles vão concorrer como se fossem um. Então, os votos dos dois partidos se somam para atingir o quociente eleitoral e isso vai certamente impactar na quantidade de eleitos dessas legendas”, raciocina.

EMENDA

As federações surgiram depois que foram extintas as coligações para cargos proporcionais, por meio de Emenda à Constituição que extinguiu as coligações para cargos proporcionais, ou seja, eleição de vereador, deputado estadual, deputado federal. “Não temos mais essas coligações, que eram junções temporárias de partido para participar de uma eleição, e vieram as federações, que são a junção de dois ou mais partidos para participar de no mínimo duas eleições”, acrescenta o advogado. No caso, o período de quatro anos em que as legendas têm de se manter federadas corresponde a uma eleição geral, como a deste ano, e uma municipal.

Já a finalidade dos dois institutos (coligação e federação) é muito parecida com a coligação, porque ocorrem quando dois partidos se juntam e, para a Justiça Eleitoral eles passam a ser um partido só, inclusive para prestação de contas.

Por dentro das federações partidárias

Instituídas pelo Congresso Nacional pela Lei nº 14.208/2021, as federações partidárias permitem que dois ou mais partidos atuem de maneira integrada e permanente em todo o território nacional. Nesse modelo, as legendas passam a funcionar como uma única agremiação.

Uma vez formada, a federação deve permanecer unida por, no mínimo, quatro anos, abrangendo tanto o período eleitoral quanto o exercício dos manda-

tos conquistados. Por isso, esse tipo de aliança tende a reunir partidos com afinidade ideológica e programática.

As federações podem lançar candidaturas tanto em eleições majoritárias (Presidência da República, governos estaduais, Senado e prefeituras), quanto em disputas proporcionais (Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais).

Algumas regras importantes devem ser observadas nas

formações das federações:

- ✓ em eleições proporcionais, para a distribuição de vagas nas casas legislativas, são somados os votos dos partidos que integram a federação e aplicados os quocientes eleitoral e partidário;

- ✓ a cota de gênero deve ser atendida tanto pela lista de candidaturas da federação quanto individualmente pelos partidos que a integram;

- ✓ para obter o registro, precisa haver a criação de uma

associação com personalidade jurídica própria e um estatuto que vai estabelecer as regras de funcionamento da federação.

Se um partido decidir sair de uma federação antes do prazo mínimo de quatro anos, a federação pode continuar existindo, desde que permaneça formada por pelo menos duas agremiações. Já o partido que se desligar antecipadamente fica sujeito a penalidades, como a impossibilidade de integrar outra

federação ou coligação nas duas eleições seguintes, além da suspensão do acesso aos recursos do Fundo Partidário até que seja completado o tempo remanescente.

Para disputar uma eleição de forma independente, a legenda deve formalizar sua saída da federação até seis meses antes do pleito. As sanções não se aplicam quando a federação é encerrada em razão de fusão ou incorporação entre os partidos que a compõem.

MENOS DE 1%

Terras raras ainda têm baixa participação na mineração de Goiás

Divulgação / Serra Verde

Dados consolidados de 2025 indicam participação de 0,82% na arrecadação, enquanto resultado parcial de 2026 mostra evolução recente do setor

Lucas de Godoi

A pontadas como nova fronteira econômica em Goiás, as terras raras ainda têm impacto limitado na mineração do estado, mesmo diante de investimentos bilionários no setor. Dados consolidados de 2025 da Agência Nacional de Mineração (ANM) mostram que o mineral gerou em volume R\$ 1,89 milhão em Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), espécie de royalty pago pelas mineradoras, o equivalente a 0,82% da arrecadação total, que somou R\$ 229,8 milhões no período.

A participação reduzida se mantém mesmo após o início da produção comercial, em 2024, quando as terras raras representaram 1,61% da arrecadação, com cerca de R\$ 2,9 milhões. Em



Goiás lidera produção de terras raras, mas o mineral ainda representa menos de 1% da arrecadação

2026, considerando dados parciais até março, o percentual recua para 0,57%, o que indica trajetória de crescimento em fase de consolidação.

No cenário nacional, Goiás mantém posição relevante na mineração brasileira e alterna sua colocação entre os principais estados arrecadadores. Em 2024, ocupou o terceiro lugar, com R\$ 181,6 milhões e participação de 2,44% no total nacional, recuando para a quarta posição em 2025, em disputa direta com a Bahia, em um ambiente liderado por Minas Gerais e Pará.

Esse desempenho é sustentado por minerais como

níquel, cobre, ouro e nióbio, que concentram a maior parte da receita e mantêm a estrutura produtiva ancorada em commodities metálicas. As terras raras, por sua vez, ainda ficam atrás de insumos de menor valor agregado, como areia, granito e água mineral.

LIDERANÇA NACIONAL

Embora ainda tenham participação reduzida na arrecadação estadual, Goiás concentra a produção nacional desse tipo de minério, respondendo por cerca de 87% da CFEM arrecadada no país, o que evidencia uma situação privilegiada, em que o estado lidera uma cadeia ainda pouco desenvolvida

no Brasil, e que é tratada como oportunidade de virada econômica.

A mineradora Serra Verde, em Minaçu, é hoje a única produtora em grande escala fora da Ásia das principais terras raras magnéticas, incluindo elementos de alto valor como disprósio, térbio e ítrio, usados na fabricação de ímãs permanentes para veículos elétricos, turbinas eólicas e outras aplicações tecnológicas.

Como um dos três a quatro principais produtores minerais do país, o estado já reflete esse peso na própria balança comercial. Levantamento da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) mos-

tra que, em março de 2026, Goiás registrou exportações de US\$ 1,2 bilhão e superávit de US\$ 758,9 milhões, com a mineração ocupando o terceiro lugar na pauta exportadora, puxada por minerais metálicos.

O volume segue concentrado em produtos primários do agronegócio, com a soja liderando com US\$ 650,5 milhões, seguida pelas carnes, com US\$ 134,2 milhões, enquanto o ferro-níquel aparece na terceira posição, com US\$ 47,1 milhões, além de ouro em forma bruta e ferro-nióbio.

DISPUTA GLOBAL

A corrida por investimentos em terras raras já não se limita a Goiás e ganha dimensão nacional, com projetos anunciados na última semana para os estados de Minas Gerais e Bahia, o que amplia a competição por capital e espaço na cadeia destes minerais críticos.

Em Minas, a australiana Power Minerals adquiriu a Mineração Terras Raras S.A., responsável pelo projeto Morro do Ferro, em Poços de Caldas, por cerca de US\$ 16 milhões, em uma área com teores elevados do minério.

Já na Bahia, a Brazilian Rare Earths (BRE) prevê investir até R\$ 3,6 bilhões no projeto Monte Alto, que inclui mineração, concentração e separação de óxidos, com foco em elementos de alto valor agregado.

Transformação como oportunidade, defendem Caiado e Daniel

Mesmo com participação ainda pequena na mineração, as terras raras passaram a ocupar espaço no debate político em Goiás após a venda da mineradora Serra Verde e a assinatura de um memorando de cooperação com os Estados Unidos. A Serra Verde é apontada como a única produtora em grande escala fora da Ásia de terras raras pesadas, consideradas as mais valiosas da cadeia e essenciais para a indústria de alta tecnologia. O tema entrou na agenda do governo estadual com foco na ampliação do processamento no próprio estado.

O ex-governador Ronaldo

Caiado (PSD), pré-candidato à Presidência, tem defendido que o ganho econômico está na industrialização do produto. "Se eu, amanhã, tiver uma tonelada de terras pesadas, o valor é mínimo. Se eu puder vender amanhã 20g de térbio, ou de disprósio, eu vou enriquecer o meu estado, vou trazer tecnologia, vou aumentar renda, vou ampliar com isso".

O governador Daniel Vilela (MDB) segue na mesma linha e afirma que o estado deve exigir contrapartidas das empresas para manter o beneficiamento em Goiás. "O que a gente espera é que a gente tenha

em Goiás todo o processamento, todo o desenvolvimento da cadeia de agregação de valor desse minério aqui no nosso estado. É isso que nós vamos exigir com quaisquer empreendedores que venham adquirir as minas de terras raras no nosso estado".

DISPUTA POLÍTICA

A discussão avançou para o plano nacional, a ponto de os deputados federais Sâmia Bomfim (SP), Glauber Braga (RJ) e Fernanda Melchionna (RS) acionarem a Procuradoria-Geral da República pedindo investigação sobre a venda da Serra Verde e o

acordo firmado por Goiás com os Estados Unidos, sob o argumento de possível extrapolação de competências. O entendimento é de que a exploração de recursos minerais é atribuição da União, o que limita a atuação direta de estados em iniciativas desse tipo.

O governo do presidente Lula (PT) tem resistido à criação de uma estatal para o setor de terras raras e minerais críticos e, ao justificar a posição, interlocutores afirmam que "o modelo de monopólio, como o adotado no urânio, não ajudou a desenvolver a cadeia produtiva", enquanto o Pla-

nalto discute alternativas para incentivar o beneficiamento no país, como linhas de crédito e ajustes na política de exportação de matéria-prima.

Para o economista e cientista político Carlos Frederico Alverga, "o acordo é totalmente inconstitucional porque um estado não tem competência para firmar compromissos internacionais nem dispor sobre recursos minerais, atribuições que pertencem exclusivamente à União", opinou em artigo publicado no último domingo (26) no site especializado Consultor Jurídico.

BASE AÉREA

Após testes e interceptações, caça Gripen fará treino inédito com Exército, Marinha e Aeronáutica em Anápolis

Exercício EXCON Escudo-Tínia reúne as três Forças Armadas no Centro-Oeste pela primeira vez e marca estreia do F-39 Gripen em operações conjuntas no país

Carlos Nathan Sampaio

As Forças Armadas brasileiras farão, entre os dias 11 e 29 de maio, um treinamento conjunto inédito em Anápolis, reunindo Exército, Marinha e Aeronáutica em uma operação integrada de alta complexidade. Batizado de EXCON Escudo-Tínia, o exercício será realizado na Base Aérea de Anápolis e marca um momento histórico: a primeira participação do caça F-39 Gripen nesse tipo de treinamento no Brasil.

Tradicionalmente realizado no Sul do país, em bases no Rio Grande do Sul, o exercício ocorre pela primeira vez no Centro-Oeste, ampliando o alcance estratégico das operações conjuntas. A escolha de Anápolis não é por acaso. A base aérea da cidade é considerada uma das mais importantes do país e abriga, atualmente, unidades responsáveis pela defesa aérea nacional, além de ser o principal polo operacional do Gripen no Brasil.

O treinamento tem como objetivo principal preparar as Forças Armadas para atuarem de forma coordenada em cenários que simulam situa-

Reprodução



Atualmente, o Gripen E é operado pelo 1º Grupo de Defesa Aérea, na BAAN

ções reais de conflito ou crise. Durante quase três semanas, serão executadas missões que envolvem apoio aéreo aproximado, ataques estratégicos, defesa antiaérea, evacuação aeromédica, transporte logístico, infiltração de tropas e ações de reconhecimento.

Um dos grandes destaques é justamente o emprego do F-39 Gripen, considerado um dos caças mais modernos em operação na Força Aérea Brasileira. A aeronave já vem sendo utilizada em missões de policiamento do espaço aéreo, interceptações e exercícios operacionais a partir de Anápolis, mas esta será a primeira vez que participa de um exercício conjunto com as três Forças dentro do EXCON.

O Gripen representa um salto tecnológico significativo para a defesa brasileira. Equipado com sistemas avan-

çados de radar, guerra eletrônica e capacidade de compartilhamento de dados em tempo real, o caça permite maior integração com outras unidades militares — característica essencial em operações conjuntas como o Escudo-Tínia. Sua presença no exercício deve contribuir diretamente para a avaliação de desempenho em cenários complexos e para a validação de novas doutrinas operacionais.

Além do Gripen, o treinamento contará com diversas aeronaves da FAB, incluindo modelos como A-1M, A-29 Super Tucano, F-5M, E-99, KC-390 Millennium e C-105 Amazonas. A diversidade de meios aéreos amplia o nível de complexidade das simulações e permite testar diferentes tipos de missões e respostas operacionais.

Outro foco central do

exercício é a chamada interoperabilidade — a capacidade de Exército, Marinha e Aeronáutica atuarem de forma coordenada e eficiente. Isso envolve não apenas ações de combate, mas também integração em áreas como defesa cibernética, comunicação, saúde militar e sistemas de comando e controle.

A Base Aérea de Anápolis (BAAN) tem papel estratégico nesse contexto. Além de sediar unidades de defesa aérea, a instalação já recebeu caças Gripen desde as primeiras fases de incorporação da aeronave ao Brasil. O local passou por adaptações estruturais para operar o novo vetor, incluindo hangares modernos, sistemas de manutenção e infraestrutura compatível com as exigências tecnológicas do caça.

Nos últimos anos, o Gripen também participou de diversas missões de interceptação no espaço aéreo brasileiro, reforçando a vigilância e a soberania nacional. Essas operações, somadas a exercícios anteriores, contribuíram para preparar pilotos e equipes técnicas para o uso pleno da aeronave — experiência que agora será levada ao ambiente conjunto do EXCON.

Com o Escudo-Tínia, as Forças Armadas buscam não apenas aprimorar sua capacidade operacional, mas também consolidar o uso de tecnologias avançadas e fortalecer a integração entre diferentes áreas militares. A realização do exercício em Anápolis e a participação do Gripen marcam um novo capítulo na evolução da defesa aérea e na coordenação estratégica das forças brasileiras.

MEMÓRIA

Museu Histórico de Anápolis é reaberto após revitalização

A Prefeitura de Anápolis realizou, na última quarta-feira (30), a reinauguração do Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho, um dos principais espaços dedicados à preservação da memória do município. A solenidade foi na sede do museu, localizada na Rua Coronel Batista, no Setor Central, marcando a reabertura do local após um processo de revitalização.

O espaço passou por uma

série de melhorias estruturais, além de reorganização do acervo e adequações voltadas à acessibilidade e ao conforto dos visitantes. As intervenções tiveram como objetivo modernizar o ambiente sem comprometer a identidade histórica do museu, garantindo melhores condições para exposição e conservação dos itens.

Os trabalhos de restauro foram conduzidos pelo Instituto Histórico e Cultural

Jan Magalisnki, com recursos provenientes da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. O financiamento foi viabilizado por meio de edital lançado pela administração municipal, dentro das ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas culturais e à valorização do patrimônio histórico local.

O museu abriga um acervo composto por documentos,

fotografias e objetos que retratam diferentes fases da formação e desenvolvimento de Anápolis. O material reúne registros importantes da história política, econômica e social da cidade, sendo considerado um instrumento relevante para a educação patrimonial e para o acesso da população à própria história.

Com a reabertura, o espaço volta a receber visitantes em geral, além de estudantes e

pesquisadores interessados no acervo. A proposta também inclui a retomada de exposições temáticas e atividades educativas, ampliando o uso do museu como espaço cultural ativo.

A visitação poderá ser feita mediante agendamento, especialmente no caso de escolas e instituições. Informações adicionais podem ser obtidas por telefone junto à administração do museu.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

O que esperar da seleção brasileira na Copa do Mundo

A convocação da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 2026 será realizada em local especial. O evento será o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, dia 18 de maio, às 17 horas. Diante de jornalistas, patrocinadores e outros convidados, Carlo Ancelotti anunciará os 26 jogadores que buscarão o hexacampeonato nos Estados Unidos/México e Canadá. De acordo com a CBF, "o evento será uma celebração do futebol brasileiro, unindo passado e presente da seleção mais vitoriosa nas Copas do Mundo".

Pouco mais de uma semana depois, no dia 27 de maio, os jogadores se apresentarão na Granja Comary, em Teresópolis, para iniciar a preparação para o torneio. No dia 31, o Brasil enfrentará o Panamá, no Maracanã, em amistoso que marcará a despedida do selecio-

nado canarinho do Brasil. No dia seguinte, a delegação segue para os Estados Unidos, onde fará o último amistoso contra o Egito, no estádio Huntington Bank Field, em Cleveland, no dia 6 de junho. A estreia na Copa acontece em 13 de junho, contra o Marrocos, em Nova Jersey. Com problemas de contusão entre os possíveis convocados, Ancelotti ainda aguarda a evolução do quadro clínico de cada jogador, mas sabe que não poderá contar com Éder Militão, definitivamente fora da Copa.

A seleção brasileira enfrenta baixas significativas para a Copa do Mundo de 2026, em função de lesões graves na reta final da temporada, com destaque para o atacante Rodrygo, do Real Madrid, que sofreu ruptura de ligamento e menisco, Vander-son, do Mônaco, Raphinha, do Barcelona, fora depois de ter



Carlo Ancelotti, dúvidas na convocação final

submetido a uma cirurgia e outras incertezas como Alisson, Gabriel Magalhães e Alex Sandro, que deverão substituídos na convocação final. Sem considerar Neymar, que ainda não foi convocado por Carlo Ancelotti, mas é sempre uma esperança de vestir a camisa da seleção brasileira na Copa. Mas a fase técnica e física de Neymar não o credencia a uma convocação. Será uma surpresa se aparecer na lista final do dia 18 de maio.

O tempo de recuperação para as lesões de ligamento (geralmente superior a seis

Podemos sonhar com o hexa?



Fotos: Divulgação

meses), torna a presença desses atletas inviável, impactando o planejamento do treinador para o Mundial. A seleção brasileira não desperta nenhum sentimento de euforia no torcedor brasileiro, que não confia na possibilidade da conquista do hexacampeonato. Nas eliminatórias e nos amistosos realizados, não apresentou avanços nem qualidade capaz de empolgar a torcida brasileira. Nem a presença do técnico italiano Carlo Ancelotti alterou o quadro de descrédito que tomou conta de todos em relação ao desempenho do selecionado canarinho na Copa.

Com base em análises recentes, a seleção brasileira chega para a Copa do Mundo de 2026 em um cenário de incerteza, sendo considerada por muitas projeções, como a 5ª ou a 6ª entre as favoritas ao título.

Após um desempenho apenas regular e uma campanha difícil nas eliminatórias, o Brasil não aparece entre as mais cotadas ao título mundial, ficando atrás de seleções como a Espanha, França, Inglaterra e Argentina, com apenas 6,2% a 6,55% de chances de conquistar o hexacampeonato. Muito pouco para quem já tem cinco títulos mundiais e foi considerada durante décadas a melhor seleção do planeta. O selecionado comandado por Ancelotti busca pôr fim a um jejum que já dura 24 anos sem títulos mundiais. O Brasil não é franco favorito ao título de 2026, mas tem um elenco para brigar, principalmente se corrigir as inconcâncias defensivas e encontrar equilíbrio no meio de campo. Ou seja, tem muito a acertar em pouco tempo que falta para o início da Copa.

Técnico goiano brilha no futebol de São Paulo

O técnico Thiago Carvalho, nascido em Rio Verde, que já defendeu as cores do Cruzeiro e do Vila Nova quando jogava futebol como zagueiro, é a grande novidade do futebol paulista em 2026. Thiago Carvalho conquistou com o Juventus-SP uma das vagas da série A2 do campeonato paulista e se classificou para dis-

putar a elite do melhor campeonato estadual do Brasil em 2027. Ao empatar sem gols com o Votuporanguense no meio da última semana, o "Moleque Travesso" voltou à primeira divisão do futebol do estado de São Paulo, depois de 19 anos na série A2.

Thiago Carvalho, ao lado de seu auxiliar Luis Gustavo,

tem no currículo o título do campeonato brasileiro da série D pela Aparecidense em 2021 e o vice-campeonato gaúcho dirigindo o Caxias-RS, quando foi eleito o melhor técnico do futebol do Rio Grande do Sul em 2023. O tradicional time da Mooca, bairro tradicional de São Paulo, consegue subir logo na pri-

meira temporada depois de adotar o modelo de Sociedade Anônima de Futebol – SAF, oficializado em outubro de 2025. O plano aceito por 83,85% dos associados, negociou 90% das ações do futebol do clube por R\$ 480 milhões para o Grupo Contea Capital. O valor deverá ser investido ao longo de dez anos.



Thiago Carvalho, sucesso no futebol paulista

Além da volta à elite do Campeonato Paulista em 2027, os objetivos incluem a disputa da série C do Brasileirão em 2028, avançando para a série B em 2031 e série A em 2035. Os planos abrangem ainda uma grande reforma no estádio Rodolfo Crespi, na Rua Javari, que passará a comportar 15 mil torcedores. O centenário estádio do Juventus é tombado pelo patrimônio histórico da cidade de São Paulo, mas a SAF do simpático "Moleque

Travesso" trabalha para reverter o tombamento e assim executar o projeto de ampliação e modernização do velho e acanhado estádio.

As ruas do bairro da Mooca foram tomadas pelos torcedores do Juventus logo após a confirmação do acesso do "Moleque Travesso". Um "carnaval temporário" foi o que se viu no bairro formado por italianos na capital paulista, torcedores apaixonados pelo mais tradicional time de São Paulo. Dizem os his-



Fachada principal do novo estádio do Juventus na Mooca

toriadores, que o Juventus foi o fundador da Federação Paulista de Futebol, e como na mitologia grega, renasce das cinzas como

a Fenix, que ressurgue simbolizando a imortalidade, renovação e superação. O Juventus volta depois de 19 anos para bri-

lhar definitivamente entre os principais clubes do futebol de São Paulo. Enquanto trabalha na reversão do tombamento das dependências do estádio da Rua Javari, as estruturas pré-moldadas das novas arquibancadas já estão em construção. Pelo projeto escolhido, a montagem das estruturas será rápida e até o final do ano o novo estádio da Rua Javari estará pronto para as disputas do campeonato estadual da primeira divisão de São Paulo.

- ✓ O atacante Halerrandrio, de 19 anos, que está emprestado ao Palmeiras até o dia 30 de junho, não será comprado pelo time paulista. A equipe tem a opção de adquirir em definitivo 50% do passe do atleta por R\$ 6 milhões, mas já sinalizou que não tem interesse em permanecer com o jogador.
- ✓ O centroavante Dellatorre foi julgado pela 4ª Comissão Disciplinar do Superior Tribunal de Justiça Desportiva e foi punido em três partidas, por conta de conduta antidesportiva no jogo contra o Confiança pela Copa do Brasil. O Vila tentará obter um efeito

- suspensivo para garantir a presença do jogador nos próximos jogos.
- ✓ Estudantes e Flamengo ficaram no empate em 1 a 1 na última quarta-feira, na Argentina. Arrasceta, o craque do Urubu, teve a clavícula fraturada ao sofrer uma pancada no ombro direito em um choque com Lucas Piovi.
- ✓ Paulo Rogério Pinheiro, presidente do Conselho Deliberativo do Goiás, ainda não apareceu para tentar explicar a queda de produção do time esmeraldino na série B. O dirigente

- gosta muito de falar, mas somente nos bons momentos, para dizer que os méritos são seus.
- ✓ O Vila Nova foi derrotado em primeira instância no processo movido pelo ex-goleiro Maurício Kozlinski, que reivindica a quantia de R\$ 1 milhão que o jogador entende não ter recebido do clube. O Vila deve recorrer.
- ✓ O volante Geovane, do Atlético, realizou uma artroscopia nos dois joelhos na última segunda-feira. O jogador deverá ficar afastado dos campos por aproximadamente trinta dias.

- ✓ Apesar do momento ruim no campeonato brasileiro, há quem comemore a fase negativa do Goiás na competição. No ano passado, o time esmeraldino percorreu todo o campeonato nas primeiras colocações e não teve fôlego para subir. Esse ano a má fase chegou em tempo de ser corrigida.
- ✓ Construcap, que tem a concessão do Serra Dourada pelos próximos 35 anos, pretende realizar no estádio 18 jogos por temporada após sua reabertura, daqui a dois anos. O estádio deve ser reaberto em junho de 2028.

ESCOLA

DESEQUILÍBRIO

Desigualdade social pesa no ENEM e influencia notas de estudantes no país

Criada com IA

Diferença entre alunos de baixa e alta renda chega a quase 20 pontos; em Goiás, políticas de incentivo e desempenho educacional apontam caminhos para reduzir disparidades

Dhayane Marques

O Dia Mundial da Educação, celebrado em 28 de abril, reacende um debate central no país: a capacidade do sistema educacional de promover equidade. Dados recentes do Departamento Nacional do SESI, com base em informações do INEP-MEC, revelam que estudantes de baixa e alta renda da rede pública brasileira apresentam uma diferença média de 18,05 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio entre 2020 e 2024. Na rede privada, a distância é menor, de 10,07 pontos, mas ainda significativa.

O recorte evidencia o peso



Acesso desigual a oportunidades educacionais ainda impacta resultados e trajetórias

das condições socioeconômicas no desempenho acadêmico. Em geral, estudantes de famílias com maior renda contam com acesso ampliado a recursos educacionais, culturais e alimentares, fatores que impactam diretamente os resultados. Esse cenário reforça a desigualdade estrutural que atravessa a educação brasileira.

Em contraste, experiências pontuais demonstram que políticas educacionais bem estruturadas podem mitigar essas diferenças. Redes como a Firjan SESI registraram uma discrepância inferior a um ponto entre alunos de dife-

rentes rendas, indicando forte impacto institucional na equalização de oportunidades. O chamado "efeito escola" se consolida como elemento determinante na redução das desigualdades de aprendizagem.

Além da equidade, o desempenho também chama

atenção. Enquanto a média nacional da rede pública caiu no período analisado, e a rede privada apresentou leve crescimento, algumas instituições conseguiram avançar de forma consistente, combinando qualidade pedagógica, infraestrutura e valorização docente.

Goiás aposta em incentivo e desempenho como política pública

No cenário nacional, Goiás surge como um caso relevante de política educacional orientada por resultados. Em 2025, o governo estadual instituiu uma premiação financeira para estudantes, professores e gestores com destaque no ENEM, como forma de estimular o desempenho acadêmico e valorizar práticas pedagógicas bem-sucedidas.

Ao todo, 141 premiações foram concedidas, contemplando 69 estudantes, além de professores, coordenadores e gestores. Os valores variaram entre R\$ 5 mil e R\$

10 mil, conforme a pontuação alcançada nas provas de redação e matemática. O incentivo alcançou instituições de diferentes perfis, incluindo colégios militares, escolas de tempo integral e unidades regulares, distribuídas em diversas regiões do estado.

A política também busca enfrentar desafios como a abstenção no exame e a desmotivação estudantil. Ao atrelar desempenho a reconhecimento financeiro, o estado introduz um mecanismo de estímulo direto ao engajamento dos alunos.

Os resultados educacionais de Goiás já indicam avanços. O estado alcançou o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em 2023 e apresenta elevados índices de alfabetização na idade adequada. Desde 2019, os investimentos em educação somam R\$ 9 bilhões, destinados à melhoria da infraestrutura, recursos pedagógicos e alimentação escolar.

Para especialistas, iniciativas como essa dialogam com o conceito de equidade educacional ao criar condições mais favoráveis para o desenvolvi-

mento dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

EQUIDADE COMO DESAFIO ESTRUTURAL

Apesar de experiências exitosas, o Brasil ainda enfrenta um desafio estrutural na educação: reduzir o impacto da renda sobre o desempenho escolar. A diferença de quase 20 pontos no ENEM entre alunos da rede pública evidencia que a origem social continua sendo um fator determinante no percurso educacional.

O avanço de políticas públi-

cas que integrem qualidade pedagógica, incentivo financeiro, valorização docente e ampliação de oportunidades pode representar um caminho viável para diminuir essa distância. O caso de Goiás, aliado a modelos institucionais de equidade, sugere que a transformação é possível, desde que sustentada por investimento contínuo e gestão eficiente.

No fim das contas, a educação segue sendo o principal instrumento de mobilidade social no país, mas ainda precisa cumprir a promessa de ser, de fato, para todos.